

*Brasília, 24 de abril de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## CNN Brasil Online

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Pirataria

**EUA podem impor tarifaço de 30% sobre produtos brasileiros ..... 3**

## Migalhas

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | ABPI

**Recuperar a marca em 34 dias. Pelas recentes portarias do INPI ..... 4**

## Teletime News

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

**Cade aprova processo contra Google por uso de conteúdo jornalístico e IA ..... 8**

## Folha de S. Paulo

Sexta-feira, 24 de abril de 2026 | Direitos Autorais

**Funkeiros de hits dos anos 1990 disputam com empresas pelos seus direitos autor... ..... 11**

## Exame.com

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Patentes

**China atinge marca de 5 milhões de patentes de invenção e lidera ranking global ..... 15**

## Folha.com

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Patentes

**IA: EUA acusa China de roubo em escala industrial ..... 16**

## R7

Sexta-feira, 24 de abril de 2026 | Marcas

**Marketing de guerrilha: como marcas estão jogando fora dos campos da Copa do... ..... 18**

## Monitor Mercantil Digital online

Quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Alckmin destaca medidas para renovação da indústria brasileira ..... 20**

## EUA podem impor tarifaço de 30% sobre produtos brasileiros



Os Estados Unidos preparam um novo tarifaço contra o Brasil e outros países. No caso dos produtos brasileiros, a alíquota deve ficar ao redor de 30%, segundo uma fonte que acompanha as discussões em Washington, e isentar aqueles que causam inflação nos EUA, como café, carne e suco de laranja.

O USTR (Escritório do Representante do Comércio dos EUA) tem até julho para anunciar a conclusão de suas investigações sobre o que considera práticas comerciais injustas e discriminatórias do Brasil. Mas o resultado pode sair antes disso, já que o processo está avançado.

Além de tarifas e outras barreiras comerciais, as alegações contra o Brasil incluem o pix, que segundo o governo americano viola a livre concorrência porque o Banco Central o privilegia em detrimento dos sistemas americanos de transferências financeiras.

As investigações citam também falhas na proteção da **propriedade intelectual**, como os **produtos piratas** vendidos em centros comerciais como a rua 25 de Março, e lentidão no sistema de **patentes**, que prejudicaria as empresas inovadoras americanas.

E há também os crimes ambientais, que foram pretexto de uma postagem do USTR na rede social X na quarta-feira (22), Dia da Terra. O post mostra o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com uma pá na mão, e a legenda, em maiúsculas: "Cavando práticas comerciais injustas que prejudicam trabalhadores americanos".

“ This #EarthDay, USTR is digging up foreign trade practices that undercut American workers, contaminate global supply chains, and harm the environment and local communities.

1/10: Studies estimate that nearly 50% of the wood harvested in Brazil- and 90% of the timber from the

- United States Trade Representative (@USTrade-Rep) April 22, 2026

O texto afirma que 50% da madeira exportada pelo Brasil - e 90% daquela proveniente da Amazônia - é ilegal, o que impacta o meio ambiente e a competitividade dos produtores americanos.

O post tem um fio com dez telas, uma para cada país. A primeira é sobre o Brasil, e depois seguem Índia, México, Bolívia, etc.

Apesar dessas amplas acusações, as medidas devem se concentrar nas tarifas comerciais, e não devem se estender a sanções do Tesouro, segundo a fonte em Washington.

Um foco de atenção deve ser o etanol, que tem uma tarifa de 18% para o produto importado americano. O etanol nordestino usufrui de reserva de mercado. Os EUA seriam competitivos para exportar para a região, pela proximidade geográfica.

As medidas ocorrem no âmbito da Seção 301 da Lei do Comércio de 1974. No tarifaço anterior, anunciado em 2 de abril de 2025, chamado por Trump de "Dia da Libertação", o presidente recorreu à IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional). A Suprema Corte, no entanto, contestou o emprego dessa lei nesse caso.

Há também o uso da Seção 232, que trata de segurança nacional. Ela foi usada para impor globalmente tarifas de 25% sobre o aço e 50% sobre o alumínio. Essas alíquotas continuam em vigor, embora tenham sido flexibilizadas para alguns produtos.

## Recuperar a marca em 34 dias. Pelas recentes portarias do INPI



### A falha que poucos reconhecem

Você escolheu o nome da sua empresa com cuidado. Abriu o CNPJ. Construiu sua clientela ao longo de anos, investiu em publicidade, ganhou reputação no seu mercado. Sempre acreditou que o nome registrado na Junta Comercial, ou simplesmente o fato de usar a marca há tanto tempo, seria proteção suficiente.

Afinal, o nome é seu e todo mundo sabe disso. Até o dia em que um concorrente aparece usando um sinal idêntico ou muito parecido. Ou, pior, você recebe uma notificação informando que aquele nome que você construiu ao longo de anos foi registrado por outra pessoa no **INPI**, e que você é quem está usando indevidamente.

Esse é o cenário mais comum enfrentado por quem chega a um escritório especializado em **propriedade intelectual**. Não é o empreendedor descuidado. É o empreendedor que simplesmente não sabia que o CNPJ não protege marca, que o nome empresarial na Junta Comercial não é registro de marca, e que no Brasil o direito sobre a marca pertence a quem registra primeiro no **INPI**, salvo uma exceção importante, que é exatamente o tema deste artigo.

A boa notícia: se você usava a marca antes, tem direito. E a partir de 1º de maio de 2026, graças às portarias normativas **INPI** 66 e 67, de 10 de abril de

2026, pode obter uma decisão do **INPI** sobre esse direito em aproximadamente 34 dias.

O que são as portarias 66 e 67 de 2026

As portarias normativas **INPI**/PR 66 e 67, de 10 de abril de 2026, publicadas na Revista da **Propriedade Industrial** 2.884, instituem a Fase II do Projeto-Piloto de Trâmite Prioritário de Marcas e entram em vigor em 1º de maio de 2026.

A lógica é simples: em determinadas situações (definidas objetivamente pela norma) o pedido de registro de marca sai da fila regular de exame e passa a integrar uma fila prioritária, com tempo médio de decisão de aproximadamente 34 dias.

Não se trata de privilégio ou de tratamento diferenciado por razões subjetivas. Trata-se de reconhecimento, pelo próprio **INPI**, de que certas situações exigem resposta mais célere do sistema, seja porque há direitos preexistentes em disputa, seja porque a demora causa dano desproporcional ao requerente.

O Projeto-Piloto disponibiliza 3.000 vagas ao longo de 2026, divididas em dois quadrimestres de 1.500 vagas cada, de maio a agosto e de setembro a dezembro. As vagas são preenchidas por ordem de protocolo. Esgotadas as cotas do quadrimestre, novos requerimentos aguardam o período seguinte.

Quem pode pedir o trâmite prioritário

A portaria 66/26 elenca treze hipóteses de elegibilidade. Para os fins deste artigo, destacam-se duas de especial relevância para empreendedores e titulares de marca em situação de disputa:

- a) O usuário anterior de boa-fé (art. 2º, inciso I): a norma contempla o requerente de pedido de registro que invoca o direito de precedência com fundamento no §1º do art. 129 da lei de **propriedade industrial** (lei 9.279/1996). Trata-se, em linguagem direta, de quem usava a marca antes, podendo provar isso.
- b) A parte em ação judicial (art. 2º, inciso III): aquele que figura como parte em ação judicial, em esfera federal ou estadual, envolvendo o sinal marcário objeto do pedido de registro.

As duas hipóteses podem coexistir no mesmo caso; e, quando isso ocorre, o requerimento de trâmite prioritário se torna ainda mais robusto, pois o enquadramento duplo reforça materialmente o pedido perante o examinador.

#### O direito de precedência

O art. 129, §1º, da LPI é uma das disposições mais subestimadas do direito marcário brasileiro. Sua redação é clara:

"Toda pessoa que, de boa-fé, na data da prioridade ou depósito, usava no País, há pelo menos 6 (seis) meses, marca idêntica ou semelhante, para distinguir ou certificar produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, terá direito de precedência ao registro."

O que essa norma diz, em termos práticos, é o seguinte: o registro formal não é o único fundamento de um direito sobre a marca. O uso anterior, público e de boa-fé, também gera direito, e esse direito pode se sobrepor ao de quem simplesmente se apressou em protocolar um pedido no **INPI**.

#### Como provar o uso anterior da marca

A prova do uso anterior pode ser constituída por uma ampla variedade de documentos, desde que dotados de data verificável e que evidenciem o emprego público da marca na identificação de produtos ou serviços, por exemplo:

Postagens datadas em redes sociais e sítios eletrônicos, inclusive com verificação de data por serviços de arquivo da internet (ex.: web.archive.org);

Material publicitário datado - folders, catálogos, banners e peças de mídia digital ou impressa;

Contratos de prestação de serviços ou de compra e venda que identifiquem a marca;

Notas fiscais e recibos emitidos sob a denominação marcária;

Anúncios em portais especializados, classificados e plataformas de intermediação;

Registros em conselhos profissionais e órgãos públicos que ostentem o sinal;

Domínio de internet com data de criação verificável;

E-mails corporativos com cabeçalho original preservado - metadados de data, remetente e destinatário intactos (nunca apenas prints);

Depoimentos de clientes, fornecedores ou parceiros comerciais que atestem o uso da marca em data determinada.

Quanto mais antiga, mais pública e mais contínua for a evidência, mais sólido o direito de precedência.

Você não estava de todo errado quanto ao seu "CNPJ"

Merece destaque especial, no âmbito dos serviços, o uso do elemento característico do nome empresarial. Quando a marca coincide com a parte distintiva da denominação social da empresa, os documentos que ostentam esse nome, como notas fiscais, contratos e correspondências comerciais, prestam-se como prova de uso marcário, ainda que a expressão não apareça em destaque tipográfico em relação às demais palavras que compõem a razão social. O raciocínio é preciso: no setor de serviços, o nome pelo qual a empresa é conhecida no mercado cumpre função essencialmente marcária, pois é por ele que a atividade é identificada e diferenciada perante a clientela.

O próprio **INPI** reconheceu esse entendimento em recurso administrativo julgado pela presidência do Instituto, ao concluir que a presença do elemento característico no nome comercial, associada à titularidade do registro, torna a expressão indisponível a terceiros, independentemente do destaque com que figure na denominação social. Trata-se de entendimento de especial valia para empresas de serviços que constroem sua reputação sob um nome comercial antes mesmo de formalizar o pedido de registro de marca.

Uma vez reunidas as provas de uso anterior, o direito de precedência poderá ser invocado em diferentes veículos e momentos processuais, conforme o estágio em que o conflito se apresenta.

Não havendo prazo em curso para petições próprias, o direito de precedência poderá ser exercido por meio da apresentação das provas de uso anterior diretamente ao **INPI**, mediante petição específica de apresentação de documentos, protocolada no processo do próprio requerente ou no processo do terceiro, conforme a estratégia adotada.

No plano judicial, o instrumento mais robusto para a invocação do direito de precedência é a ação de nulidade perante a Justiça Federal, disponível pelo prazo de cinco anos contados da concessão do re-



gistro obtido pelo concorrente que chegou primeiro ao **INPI**.

Com as portarias 66 e 67, o direito daquele que usava a marca antes ganha uma nova dimensão: além de fundamento para a defesa do pedido no mérito, ele se torna o gatilho para o trâmite prioritário, o que significa que o usuário anterior de boa-fé pode, a partir de 1º de maio de 2026, obter uma decisão do **INPI** sobre seu pedido em aproximadamente 34 dias, em vez de esperar até 20 meses.

O que fazer, e com que urgência

A janela de oportunidade é concreta, mas limitada. As 1.500 vagas do primeiro quadrimestre (maio a agosto de 2026) são preenchidas por ordem de protocolo. Não há fila de espera: esgotadas as cotas, o requerimento só pode ser apresentado no quadrimestre seguinte.

Para quem se encontra na situação descrita neste artigo, a saber, usuário anterior de boa-fé com marca depositada no **INPI** e concorrente que se antecipou no registro, o momento de agir é agora. O roteiro é o seguinte:

1. Levantamento das provas de uso anterior: organizar todo o material disponível que demonstre o uso público e contínuo da marca antes do depósito do concorrente. Postagens datadas, e-mails corporativos originais, contratos, registros profissionais, domínios de internet.

2. Invocação do direito de precedência: protocolar petição instruída com as provas de uso anterior, invocando expressamente o direito de precedência do art. 129, §1º, da LPI. Meios hábeis: petições de ataque ou defesa, ou não havendo prazo, petição de apresentação de documentos. Este ato formaliza o direito de precedência e cria o enquadramento para o requerimento de trâmite prioritário.

3. Ação de nulidade (se o registro do concorrente não completou cinco anos): ajuizar ação perante a Justiça Federal, com pedido de tutela de urgência para suspensão dos efeitos do registro durante o processo. O número da ação pode, e deve, ser citado no requerimento de trâmite prioritário, reforçando o enquadramento no inciso III da portaria 66/26.

4. Requerimento de trâmite prioritário: a partir de 1º de maio de 2026, protocolar o requerimento vinculado ao pedido de registro, com os documentos comprobatórios do uso anterior. O processamento,

se atendido, reduz o tempo de decisão de até 20 meses para cerca de 34 dias.

Resumindo o que você precisa saber

Este artigo discutiu três instrumentos que, combinados, constituem a resposta mais eficaz para o empreendedor que usava sua marca antes do concorrente:

Direito de precedência (art. 129, §1º, LPI): quem usava a marca antes, de boa-fé, tem direito ao registro, mesmo que o concorrente tenha depositado o pedido primeiro. A prova do uso anterior pode ser feita por documentos datados públicos, incluindo os emitidos sob o nome empresarial no setor de serviços.

Trâmite prioritário (portarias **INPI** 66 e 67/26): a invocação do direito de precedência habilita o requerimento de trâmite prioritário, reduzindo o tempo de decisão do **INPI** de até 20 meses para aproximadamente 34 dias. Vagas limitadas a 1.500 por quadrimestre, a partir de 1º de maio de 2026.

Ação judicial de nulidade (art. 174, LPI): se o concorrente já tem o registro e este não completou cinco anos da concessão, é possível ajuizar ação perante a Justiça Federal com pedido de tutela de urgência. O ajuizamento também reforça o requerimento de trâmite prioritário perante o **INPI**.

Para o empreendedor que construiu sua marca antes de registrá-la, a mensagem central é esta: o tempo que passou usando a marca não foi perdido. Pode ser, com os instrumentos certos, a sua principal vantagem.

Considerações finais

Por mais incrível que possa parecer diante do tempo médio de decisão do **INPI**, a expressão "recuperar a marca em 34 dias" não é otimismo excessivo. É consequência jurídica direta e possível das Portarias Normativas **INPI**/PR 66 e 67/26, nos termos do art. 129, §1º, e do art. 174 da lei de **propriedade industrial**.

O sistema marcário brasileiro sempre protegeu o usuário anterior de boa-fé. O que as portarias 66 e 67 fizeram foi dar velocidade a essa proteção. Mas essa velocidade tem prazo: as 1.500 vagas do primeiro quadrimestre são preenchidas por ordem de protocolo, a partir de 1º de maio de 2026. Quem chegar primeiro ocupa a cota. Quem esperar, aguarda o próximo quadrimestre ou, pior, assiste o

concorrente consolidar seu registro enquanto o prazo de cinco anos para a ação de nulidade corre silenciosamente.

Cada semana sem agir é uma semana em que o concorrente usa a marca, conquista clientela e fortalece seu registro. O direito de precedência existe, mas não espera para sempre: o prazo da ação de nulidade prescreve, as cotas do trâmite prioritário se esgotam, e a consolidação do uso alheio torna a disputa progressivamente mais difícil e mais cara.

Não agir também é uma escolha - e tem consequências.

Quem usava a marca antes tem direito. Quem tem direito tem prazo. Quem tem prazo tem urgência. E agora, pela primeira vez, tem também velocidade. A pergunta que resta é simples: quanto tempo você ainda tem?

---

#### Referências

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Lei de **Propriedade Industrial**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mai. 1996.

BRASIL. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. Portaria Normativa **INPI**/PR nº 66, de 10 de abril de 2026. Dispõe sobre as modalidades de Projeto-piloto de trâmite prioritário de marcas no âmbito do **INPI**. Revista da **Propriedade Industrial**, Rio de Janeiro, nº 2.884, 14 abr. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. Portaria Normativa **INPI**/PR nº 67, de 10 de abril de 2026. Estabelece o sistema de cotas e os critérios de recepção de requerimentos da fase II do Projeto-piloto de trâmite prioritário de marcas no âmbito do **INPI**. Revista da **Propriedade Industrial**, Rio de Janeiro, nº 2.884, 14 abr. 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. Portaria **INPI**/PR nº 08, de 17 de janeiro de 2022. Disciplina os requisitos do processo e do requerimento de trâmite prioritário de marcas.

SITE OFICIAL do escritório Ávila Nascimento Advocacia. Disponível em: <https://avilanascimento.adv.br/#informativos> [www.avilanascimento.adv.br](http://www.avilanascimento.adv.br) Acesso em 2026.

Marcello Ávila do Nascimento Souza Sócio de ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA. +29 anos **INPI** | + 21 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia. Pós Prop Industrial-UERJ. Mestrado Prop Intelectual-**INPI**. Pós Proc Civil-PUC. Assoc ABAPI-**ABPI**.

## Cade aprova processo contra Google por uso de conteúdo jornalístico e IA

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu por unanimidade, nesta quinta, 23, rejeitar o arquivamento de um inquérito e determinar a instauração de um processo administrativo contra o Google. A decisão acolhe integralmente o voto-vista do presidente interino da autarquia, Diogo Thomson de Andrade, que apontou indícios de abuso exploratório de posição dominante no uso de conteúdo de veículos de mídia, prática agravada pela introdução de inteligência artificial generativa nos resultados de busca. O movimento marca um desdobramento crítico em uma disputa que reconfigura a relação estrutural entre o setor de tecnologia e o mercado de informação no Brasil. Vale lembrar que nesse momento o Congresso Nacional discute o PL 4.675/2025, que estabelece o marco de mercados digitais e justamente empodera o Cade para fazer o acompanhamento concorrencial das empresas de Internet.

O julgamento desta quinta encerra uma fase preliminar dentro da autarquia e transfere o caso para uma etapa punitiva e de maior rigor investigativo. A sessão foi retomada após um pedido de vista da conselheira Camila Cabral Pires-Alves. Em seu voto, a conselheira acompanhou o entendimento de Thomson de Andrade e acrescentou a necessidade de uma análise detalhada da estrutura econômica envolvida, com foco especial na cadeia de produção e apropriação de valor no mercado de notícias. Os conselheiros Carlos Jacques e José Levi também seguiram essa linha na votação.

O movimento processual mais relevante da sessão foi a mudança de postura do conselheiro-relator original do caso. O relator Gustavo Augusto Freitas de Lima, que em junho de 2025 havia acompanhado os pareceres da Superintendência-Geral e do Departamento de Estudos Econômicos pela recomendação de arquivamento da denúncia, revisou seu voto nesta quinta para se alinhar ao novo entendimento do Tribunal. A alteração consolida a percepção de que a evolução tecnológica recente mudou as premissas da investigação.

O processo

O processo, que tramita desde a década passada, analisa a relação vertical entre o buscador e os produtores de informação. A investigação original teve início em 2013, motivada por denúncia do Buscapé contra o Google Shopping. Foi no curso dessa apuração, em 2018, que a Globo Comunicação e Participações S.A. ingressou com uma manifestação denunciando a prática de "scraping" (raspagem de dados) pela plataforma para a exibição de trechos de notícias ("snippets"). Em 2019, o Tribunal do Cade determinou a separação do caso e a abertura de um inquérito específico. Contudo, o cenário ganhou novos contornos com a recente introdução do AI Overviews, ferramenta do Google que sintetiza respostas utilizando inteligência artificial no topo da página de busca.

Durante a tramitação, Diogo Thomson de Andrade destacou a gravidade regulatória do tema. "Temos aqui em mãos talvez a maior pergunta do século 21: como é que se trata inteligência artificial em relação a possíveis condutas discricionárias ou exploratórias e o uso de **propriedade intelectual** de terceiro", afirmou o presidente interino. Para o conselheiro, a ferramenta converteu o Google de um "motor de busca" em um "motor de respostas", que internaliza o valor informacional e retém o usuário em seu próprio ecossistema, reduzindo o tráfego antes direcionado aos sites de origem.

O documento aprovado pelo Tribunal classifica a dinâmica como "carona forçada", argumentando que a plataforma amplia o uso do conteúdo alheio para treinar algoritmos e gerar respostas sintéticas, esvaziando a contrapartida financeira e de audiência oferecida aos "publishers". A tese central é que a empresa atua como um parceiro comercial incontornável, valendo-se de sua dominância para impor condições desequilibradas a veículos que não possuem liberdade real para recusar a indexação.

O voto de Thomson de Andrade fundamentou a tese do abuso exploratório também na compreensão da natureza econômica do jornalismo, definido nos autos como um bem de interesse público. Segundo a tese encampada pelo Cade, a produção de notícias



gera externalidades positivas para a sociedade e para o ecossistema informacional, mas exige altos custos fixos de apuração e responsabilização jurídica. Na relação histórica digital, plataformas de busca e veículos operavam em um mutualismo onde a indexação devolvia tráfego monetizável. A evolução tecnológica transmutou a relação em subordinação econômica. A plataforma, amparada por sua posição dominante, passou a administrar unilateralmente o grau de visibilidade e a quantidade da contrapartida financeira destinada aos veículos, configurando poder de monopólio na aquisição de insumos informacionais.

### Manifestações

Manifestações de mercado colhidas ao longo do inquérito atestam o impacto estrutural. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) argumentou que o Google, detentor de mais de 90% do mercado de buscas, direcionou mais de 40% de todos os acessos aos sites de notícias no Brasil entre 2023 e 2025. Com a introdução da inteligência artificial, a entidade relatou reduções de tráfego orgânico na ordem de 26%. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) destacou o efeito de "lock-in" imposto pela empresa, que unifica distribuição, monetização e métricas em um ecossistema fechado.

A Associação de Jornalismo Digital e a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) apresentaram estudos indicando que quase 30% das pesquisas configuram "zero-click searches", ou buscas sem clique. A ANER registrou casos de associados que perderam até 80% da audiência após atualizações algorítmicas opacas da plataforma. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) vinculou a captura de receitas à precarização do trabalho, apontando encolhimento de 18% do mercado formal de jornalistas na última década.

A defesa do Google sustenta que a relação com os veículos é pautada pelo benefício mútuo, gerando tráfego gratuito qualificado. A empresa argumentou nos autos que a queda na audiência orgânica reflete mudanças de consumo, com os usuários migrando para redes sociais baseadas em vídeo, como TikTok e Instagram. A plataforma negou a captação indevida de acessos pela inteligência artificial, afirmando que o AI Overviews aprimora a busca e que os veículos dispõem de ferramentas, como a tag "nosnippet" e o protocolo Google-Extended, para impedir o

uso de seus textos. O Google destacou ainda a iniciativa Google News Showcase, que remunera mais de 170 veículos no Brasil.

Esses argumentos foram rejeitados pelo voto vencedor. O Tribunal do Cade endossou que a opção de saída ("opt-out") oferecida constitui uma "falsa escolha". Diante da dependência do mercado informacional, recusar o treinamento da inteligência artificial significa aceitar um banimento comercial. A anuência dos jornais às condições da plataforma não decorre de negociação equilibrada, mas do fato de que operar fora do ecossistema seria prejudicial à sobrevivência das empresas. Organizações da sociedade civil, como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e a Artigo 19, corroboraram a tese de que a asfixia financeira do setor facilita a criação de desertos de notícias.

Estudos independentes dão lastro à preocupação da autarquia. Uma pesquisa da empresa Authoritas, submetida pela organização Foxglove, avaliou 5 mil palavras-chave no Brasil e estimou que a exibição do AI Overviews reduz a taxa de cliques no primeiro link orgânico de 21,4% para 8,93%, projetando perda de 58,3% dos visitantes por pesquisa afetada. O levantamento concluiu que a inteligência artificial relega links jornalísticos para posições inferiores, utilizando fontes alternativas como o YouTube para estruturar respostas sintéticas.

### Questão global

A decisão do Cade reflete a consolidação de uma agenda global sobre o tema. Em Paris, na França, a Autorité de la Concurrence impôs sanções que somam a 750 milhões ao Google por descumprimento de obrigações de negociar a remuneração pelo uso de conteúdo. No Reino Unido, a autoridade de concorrência outorgou à empresa o "Status de Mercado Estratégico", submetendo o AI Overviews a códigos de conduta rigorosos. A União Europeia conduz uma investigação antitruste formal sobre a ferramenta, enquanto países como Austrália e África do Sul avançaram com legislações de negociação obrigatória e fundos de compensação que atingem 500 milhões de rands (R\$ 150 milhões).

Com a aprovação unânime do processo administrativo, o caso retorna à Superintendência-Geral para uma apuração aprofundada, com produção de provas e exercício do contraditório. Se a investigação, que agora abrange formalmente tanto a raspagem de conteúdo quanto o uso de inteligência arti-

---

Continuação: Cade aprova processo contra Google por uso de conteúdo jornalístico e IA

cial, confirmar o abuso de posição dominante, a autarquia tem competência para impor desde multas sobre o faturamento da empresa até remédios comportamentais severos. Tais medidas podem incluir a exigência de transparência algorítmica, a neutralidade na indexação e a garantia de recusa de treinamento de inteligência artificial sem retaliação de

tráfego orgânico, estabelecendo um precedente histórico para a regulação do mercado de mídia e tecnologia na América Latina.

## Funkeiros de hits dos anos 1990 disputam com empresas pelos seus direitos autorais



Funkeiros de hits dos anos 1990 disputam com empresas pelos seus **direitos autorais**

Artistas e herdeiros se queixam de contratos que consideram injustos feitos décadas atrás, e selos dizem que negociaram seguindo regras

Yuri Eiras

RIO DE JANEIRO Antes de morrer, em agosto de 2023, MC Marcinho pediu a um funcionário de seu escritório para que encaminhasse uma mensagem aos familiares. O recado, diz MC Cacau, mãe de um dos seus cinco filhos, era para que os parentes assumissem a luta pela recuperação total dos seus **direitos autorais**, hoje fatiados em produtoras - a maioria na Link Records, de DJ Marlboro. Em quase três décadas de produção, Marcinho teve sucesso como "Rap do Solitário" de 1992, e "Glamourosa" de 2001. "Garota Nota 100", releitura de "Te Cuida Meu Bem", composição da dupla Sullivan e Massadas, foi trilha da novela "Vai na Fé", da Globo, que teve o último capítulo exibido dias antes da morte de Marcinho.

Além de problemas de insuficiência cardíaca, ele encarava um quadro de tristeza profunda. Segundo amigos, se afligia por não ter conseguido recuperar um dinheiro que nunca chegou às suas mãos, por causa de contratos injustos, firmados décadas antes. Afinal, nos anos 1990 e 2000, o mercado do funk era formado por uma legião de jovens - que buscavam sucesso nas rádios e na TV e independência financeira - e por duas editoras principais - a Furacão 2000 e a Afegan, de DJ Marlboro. Empresas como essas administram e exploram comercialmente as obras, com uma divisão definida em contrato. O caso de Marcinho é apenas um, dentre vários, que voltaram ao debate após a publicação, no mês passado, de um vídeo de Tati Quebra Barraco, no qual ela afirma não ter recebido por, pelo menos, duas composições de sua autoria. Oito artistas de funk com quem a reportagem conversou já contrataram advogados para reaver os **direitos autorais** completos de suas obras.

Os processos ainda não foram movidos, mas todos vão envolver a Furacão 2000 ou as empresas de DJ Marlboro. Como os artistas afirmam que não recebiam relatórios contábeis - e como parte deles já não tem os contratos originais -, paira entre eles uma falta de entendimento do quanto cada artista tem direito a receber, se de fato tiver direito. "Havia, na década de 1990, dois modelos de contra-

tos de edição. O licenciamento, que permitia que a editora administrasse e explorasse comercialmente por um determinado período de tempo, como o aluguel de um imóvel; e a cessão, que comparo com a venda de um imóvel, em que você passa os direitos à editora", afirma a advogada Yasmin Arrighi, especialista em **direito autoral**. "Há contratos de cessão em que 30% dos direitos ficam com o autor e 70% com a editora. Não existe percentual tipificado em lei, é uma negociação entre as partes, e é um jogo meio desigual porque a editora costuma ser o lado mais forte", diz Arrighi.

Rômulo Costa, dono da Furacão 2000, diz considerar justa a reivindicação dos MCs e defende que a companhia fazia acordos "na legalidade". Como selo, diz ele, o Furacão não tinha padrão de divisão dos direitos com o autor, variando entre 25% e 50%. O DJ Marlboro afirma que seus contratos seguiram os padrões internacionais e que os acordos dividiam os direitos em 75% para o autor e 25% para a produtora. "Nunca deixei de pagar direito de ninguém, isso é mentira", ele afirma, dizendo que as irregularidades ficaram na conta de seu rival. Costa, por sua vez, afirma que abriu um selo porque tinha dificuldade em lançar discos ou produzir shows com faixas cadastradas na produtora de Marlboro, que fazia jogo duro com a liberação. O DJ argumenta que seguia o padrão de outras firmas e que criou a sua empresa para que o gênero não fosse subjugado por outras grandes companhias. Artistas ouvidos pela reportagem reforçaram que não receberam repasses da Furacão 2000 de trabalhos como discos ao vivo.

O dono da empresa defende que efetuou pagamentos regulares e que é a lei dos **direitos autorais** que paga muito pouco aos artistas. "Não houve aproveitamento [da produtora em relação aos MCs]. O que existia, e ainda existe, é que o **direito autoral** é uma merreca", afirma. "Ações na Justiça caem nas mãos de um juiz que, às vezes, não entende nada. Não existe foro especializado" A reportagem identificou, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ao menos seis processos em andamento nos últimos cinco anos sobre **direitos autorais** que envolvem a empresa Link, de Marlboro. A maioria das ações é movida pelo próprio DJ, com pedidos para que plataformas retirem do ar regravações de músicas editadas por ele ou de obras que citam ou usam funks como "samples". Continua na pg. B9



Divulgação

Quente nos programas de Xuxa. Alguns funkeiros afirmam ainda que ficaram em desvantagem nos contratos por serem jovens recém-chegados ao mercado fonográfico e sem conhecimento das regras dos contratos firmados.

Bucheche afirma que contratou um advogado, ainda na época da dupla com Claudinho, para cobrar judicialmente as demonstrações contábeis da empresa. "Até as quatro primeiras músicas da dupla, os relatórios nunca chegavam" afirma o artista. "Todos citados nos vídeos de denúncias dos artistas de funk estão vivendo suas vidas boas nas suas mansões, enquanto os caras que fizeram as músicas morrem sem ter uma moradia decente e sem bens para os seus herdeiros", ele diz. "Isso é justo?" Márcio e Goró fizeram sucesso com o estilo romântico, um "funk melody" como o de Claudinho & Bucheche. Ao todo, gravaram três álbuns, os dois primeiros com a Universal Music, com músicas editadas tanto na Furacão 2000 quanto na empresa de Marlboro. A dupla acabou em 2000, após Goró ter se suicidado. Márcio, que desde então faz carreira solo como Márcio G, diz que tenta reaver desde 1997 cerca de R\$ 13 mil relativos a um trimestre de direitos de reprodução de músicas lançadas com Marlboro.

O montante à época representava mais de cem vezes o valor do salário mínimo - então a R\$120. Na última tentativa de contato com Marlboro, diz o músico, a mensagem foi lida, mas não respondida. Já a Furacão 2000, segundo ele, nem sequer pagava as apresentações em shows. "Não tínhamos instrução, só queríamos ver nossa música tocando, e eles sempre se aproveitaram disso" "Depois da avalanche da Tati [Quebra Barraco], recebi muitos

pedidos de prestação de contas", diz Marlboro. "Acho justo e até me ajuda. Essa prestação não esclarece só a eles, mas também a mim" A Furacão ainda faz shows e lança artistas, com alcance menor na comparação com três décadas atrás. Frequentemente entrevistado em séries documentais sobre o Rio de Janeiro dos anos 1990, DJ Marlboro mantém volume frenético de "uploads" nas plataformas de streaming dos álbuns a que ele tem direito. Durante a carreira, Marlboro comprou catálogos de outras equipes de som.

Acenatinha diferentes empresas de produção, que eram como times - cada uma tinha um elenco próprio de MCs e DJs, além de símbolos e estilos particulares. As aquisições de Marlboro adicionaram, por causa disso, ainda mais artistas ao seu catálogo. O Link Records, seu selo, tem 4.846 obras cadastradas no Ecad, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Como as obras seguem sob a administração de editoras, a gestão no streaming também foge da alçada dos artistas e autores. Outro funkeiro dos anos 1990, MC Mulato diz ser esse o seu caso. "Não tenho acesso ao meu perfil artístico na plataforma digital", afirma. "Tenho um monte de reprodução e não recebo nada. Alguém colocou a foto que quis, com a biografia que quis" Colaborou Lucas Brêda



Continuação da pag. B8 Esses processos movidos pelo DJ Marlboro, no Rio de Janeiro, envolvem artistas como Ludmila, Xamã e o grupo Sorriso Maroto. Outra ação é contra um deputado federal que teria usado "Rap da Felicidade" - o do verso "eu só quero é ser feliz" - nas eleições de 2022.

Num terceiro caso, Marlboro foi réu em ação de um MC que pedia o rompimento de um contrato firmado em 1997, sob justificativa de que o DJ não explorou comercialmente a música nem deixou que o autor a explorasse. A Justiça determinou a rescisão. O caso é semelhante ao de MC Marcinho. Segundo a família, ele tentou gravar um DVD de 30 anos de carreira, mas não conseguiu a liberação das próprias obras. Três processos dos últimos cinco anos são entre Link e Furacão 2000, O que dá a dimensão da rivalidade. Sobre o caso de Marcinho, Marlboro diz que "com certeza os valores estão sendo depositados em juízo". "Vejo às vezes a família passar por dificuldades. Desnecessário, tem um dinheiro guardado na conta do inventariante" afirma. O inventariante é Mauro Roberto Nepomuceno Garcia, um irmão de Marcinho. Artistas que conhecem a família de Marcinho afirmam que alguns parentes têm passado por privações e defendem que Marlboro poderia repassar valores de adiantamento.

"É ilegal tomar atitude sem o juiz determinar o que deve ser feito" afirma o DJ. Bob Rum era funcionário da Telerj, a Telecomunicações do Rio de Janeiro, quando estourou como MC com o "Rap do Silva" crônica sobre a morte de um homem na volta de um baile. Ele imaginava que a carreira duraria três meses, mas passou dos 30 anos. A música é uma das mais tocadas da história do funk. "Eu fiz faculdade de administração de empresas e diversos cursos, tive que estudar para tirar minha obra dos dentes dos tubarões" afirma. Os tubarões, no caso, eram os donos da Furacão e Marlboro. Sobre o segundo, Bob Rum diz que ele é o "Milli Vanilli do funk, porque 90% das músicas não foi ele que criou", numa referência à dupla que fez sucesso com "playbacks" em voz de terceiros. Catapultado pelo sucesso de duplas como Claudinho & Buchecha, William e Duda e MC Júnior e MC Leonardo, o funk se espalhou pela classe média e pela classe artística no meio da década de 1990.

"Da Lata" disco de Fernanda Abreu, de 1995, e "Eu e Memê, Memê e Eu", de Lulu Santos, do ano seguinte, beberam da linguagem e do ritmo do funk daquela época, por exemplo. Além disso, o mercado era inflado. As três coletâneas de funk lançadas pela Som Livre em 1995 tinham 31 duplas e nove MCs solo. Eram 71 artistas, no total. Alcançar o sucesso, dizem os funkeiros, só era possível por meio de contratos com a Furacão ou com DJ Marl-



---

Continuação: Funkeiros de hits dos anos 1990 disputam com empresas pelos seus direitos autorais

boro. Além de donos de editoras, Rômulo Costa e Marlboro também eram contratados para shows Brasil afora, mantinham horários nas rádios do FM carioca e aparições periódicas na TV - a Furacão

tinha um programa no canal CNT, e Marlboro era uma presença freqüente.

## China atinge marca de 5 milhões de patentes de invenção e lidera ranking global



País reúne 24 dos 100 principais polos globais de inovação científica e tecnológica

A China ultrapassou a marca de 5 milhões de **patentes** de invenção válidas e se tornou o primeiro país a atingir esse volume, segundo relatório divulgado nesta quinta-feira, 23, pela autoridade nacional de **propriedade intelectual**.

De acordo com Rui Wenbiao, vice-comissário da Administração Nacional de **Propriedade Intelectual** da China, o país ampliou sua atuação em áreas estratégicas e concentrou registros em setores como tecnologia quântica, biofabricação, interfaces cérebro-computador e comunicações 6G.

Os dados mais recentes mostram que, em 2025, a China autorizou 972 mil **patentes** de invenção. No mesmo período, registrou mais de 4,2 milhões de marcas comerciais e reconheceu 10,67 milhões de

**direitos autorais**. Além disso, concedeu 6.986 novos direitos de variedades vegetais e reconheceu 104 produtos com indicação geográfica.

No campo regulatório, o governo intensificou a fiscalização. Órgãos de mercado resolveram 37 mil casos de **violação de patentes** e marcas, enquanto tribunais concluíram 540 mil disputas relacionadas à **propriedade intelectual**.

Segundo o Índice Global de Inovação 2025, da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**, a China passou a ocupar a 10ª posição e entrou no grupo das dez economias mais bem colocadas pela primeira vez. O país reúne ainda 24 dos 100 principais polos globais de inovação científica e tecnológica, com destaque para o eixo Shenzhen-Hong Kong-Guangzhou, que lidera o ranking.

Durante a coletiva, Wang Zhicheng, responsável pela Administração de **Direitos Autorais** no Departamento de Propaganda do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, afirmou que os **direitos autorais** ganharam peso como ativo estratégico. Ele destacou que as autoridades ampliaram ações contra **pirataria** em setores como cinema, produtos culturais e publicações voltadas ao público jovem.

Para 2026, a estratégia inclui foco em obras audiovisuais, literatura online e distribuição digital. Segundo Wang, o uso de tecnologias deve aumentar a eficiência das ações de fiscalização e ampliar o controle sobre infrações nesses segmentos.

## IA: EUA acusa China de roubo em escala industrial



A Casa Branca acusou a China de realizar roubo em escala industrial de **propriedade intelectual** de **laboratórios** americanos de IA ( inteligência artificial ).

"O governo dos EUA tem informações indicando que entidades estrangeiras, principalmente sediadas na China, estão engajadas em campanhas deliberadas e em escala industrial para dismantlar sistemas de IA de fronteira dos EUA", escreveu Michael Kratsios, diretor do Escritório de Política de Ciência e Tecnologia da Casa Branca, em um memorando obtido pelo FT.

A acusação, que marca a mais recente escalada de tensões em torno de grupos chineses que supostamente saqueiam pesquisas avançadas de IA dos EUA, ocorre poucas semanas antes de um encontro entre o presidente Donald Trump e o líder Xi Jinping em Pequim.

A questão ganhou atenção depois que a chinesa DeepSeek foi acusada de fazer destilação, processo que treina modelos de IA menores com base na saída de modelos maiores , para construir um produto poderoso a um custo menor.

O memorando de Kratsios aos setores do governo disse que a administração compartilharia informações com empresas americanas de IA sobre "tentativas de atores estrangeiros de conduzir destilação não autorizada em escala industrial" e ajudá-las a se coordenar contra ataques.

Ele acrescentou que as campanhas chinesas estavam "utilizando dezenas de milhares de contas proxy para evitar detecção e usando técnicas de jail-breaking para expor informações proprietárias". Os EUA explorariam medidas para responsabilizar os agentes estrangeiros por essa prática, disse Kratsios.

A embaixada chinesa em Washington disse que as acusações da Casa Branca eram "pura calúnia".

"A China sempre esteve comprometida em promover o progresso científico e tecnológico por meio de cooperação e competição saudável", disse Liu Pengyu, porta-voz da embaixada. "A China atribui grande importância à proteção dos direitos de **propriedade intelectual**."

Chris McGuire, especialista em segurança tecnológica do Council on Foreign Relations, afirmou: "Empresas chinesas de IA estão dependendo de ataques de destilação para compensar déficits em poder computacional de IA e reproduzir ilicitamente as capacidades centrais dos modelos americanos."

McGuire disse que os EUA deveriam proibir grupos chineses de acessar modelos americanos e sancionar entidades que conduzem ou possibilitam a destilação, além de apertar os controles de exportação para impedir que a China contrabandeie ou acesse remotamente chips de IA americanos.

Empresas americanas de IA, incluindo Anthropic e OpenAI , têm expressado cada vez mais preocupação com a destilação por grupos chineses, que, segundo argumentam, permite que laboratórios estrangeiros reduzam a vantagem competitiva que os EUA desfrutam devido aos controles de exportação sobre chips americanos .

Kratsios disse que a destilação era uma parte vital do ecossistema de IA quando usada legitimamente para criar modelos mais leves, mas a "destilação industrial" usada para minar a pesquisa e desenvolvimento americanos era "inaceitável".

Ele acrescentou que, embora modelos criados por "campanhas de destilação clandestinas e não autorizadas" não igualem o desempenho dos modelos originais, eles podem beneficiar grupos estrangeiros devido ao custo significativamente menor.

Em fevereiro, a Anthropic acusou três empresas chinesas líderes em IA - DeepSeek, Moonshot e MiniMax- de ataques de destilação contra seus modelos.

Isso ocorreu depois que a OpenAI disse no início de 2025 que tinha evidências de que a DeepSeek havia usado saídas de seus modelos GPT para treinar seu modelo, violando os termos de serviço da plataforma.

Empresas americanas de IA estão preocupadas com a ameaça que modelos destilados oferecem à segurança nacional pela falta de salvaguardas que, por

exemplo, impedem o desenvolvimento de armas biológicas ou ataques cibernéticos maliciosos.

O Comitê de Relações Exteriores da Câmara aprovou nesta quarta-feira (23) uma série de projetos de lei destinados a dificultar que a China alcance os EUA na corrida da IA.

Um projeto de lei propõe que empresas que usem a destilação integrem a lista suja de entidades, que dificultaria empresas americanas venderem tecnologia para esses grupos.

## Marketing de guerrilha: como marcas estão jogando fora dos campos da Copa do Mundo



A Copa do Mundo é um evento que impulsiona marcas como Nike e Pepsi a adotarem estratégias de **marketing de guerrilha**.

A Pepsi lançou a campanha "Pepsi Football Nation", destacando jogadores e o futebol feminino.

A Nike enfrentou uma crise recente devido a uma mensagem considerada preconceituosa em um cartaz durante a Maratona de Boston.

Contrária à crise da Nike, a Pepsi cria um mundo interativo para engajar os torcedores em suas campanhas futuras.

A Copa do Mundo é o principal evento esportivo do mundo. Só isso pra justificar por que duas das maiores multinacionais aceitam partir para o **marketing de guerrilha** tão abertamente.

Uma delas é a Nike, que sempre corre por fora pra tentar chamar mais atenção do que a Adidas, patrocinadora oficial. A outra é a Pepsi, que toda vez cria uma narrativa paralela ao evento, tentando tirar um pouco do brilho da Coca-Cola, que bota milhões de dólares nos jogos.

### Pepsi Football Nation

A Pepsi lançou sua nova campanha, a Pepsi Football Nation. A marca traz grandes jogadores pra contar sua história: David Beckham, Vini Jr., Salah e Florian Wirtz foram os personagens convocados deste ano.

A novidade é a escalção das jogadoras Lauren James e Alexia Putellas, mostrando que o futebol feminino realmente começa a aparecer no horizonte.

A nova nação do futebol criada pelo refrigerante terá regras escritas pelos torcedores. Desde as famosas superstições até a eterna discussão de quem é o melhor jogador, todas valem nesse novo universo.

Em 2022, no Catar, o comercial era mais simples, uma disputa de canetadas. Era um comercial mais fácil de entender e durava "só" 2:15 minutos. Agora, além de mais longo, pois chega aos 3:25, a explicação é confusa.

Mas o interessante é perceber como a comunicação mudou tanto em quatro anos. 2022 tem um bom vídeo viral. E basta. 2026 tem um universo. Que cria oportunidades de promoções, lives, conversas com o consumidor, de uma forma que a campanha anterior não permitia.

É como se a ideia da Nação tivesse aparecido antes mesmo de se pensar nos jogadores. Se for bem executada, em 2030 já temos campanha, independentemente de quem sejam os atores.

Nike está atrasada. E a culpa é toda dela

Enquanto isso, a Nike ainda está se debatendo com a crise da Maratona de Boston, que ocorreu no último dia 20 de abril.

Ela criou uma bagunça pra si própria ao colocar na frente de uma loja naquela cidade um cartaz que dizia "Corredores bem-vindos. Caminhantes tolerados". Isso foi visto como preconceituoso e contrário ao que um dos seus fundadores dizia: "Se você tem um corpo, você é um atleta".

A ideia era celebrar os participantes da maratona mais difícil do mundo, pois não adianta querer participar; tem que ter "tempo" mínimo pra se inscrever, oficialmente conseguido em outra maratona.

Em 2025, dos 36 mil inscritos, somente 24 mil puderam correr os 42 quilômetros da prova. Boston não é pra qualquer um, não, e a Nike mirou esses heróis.

Atirou no que viu, acertou no que não viu. Milhares de pessoas, principalmente os caminhantes que compram a marca, passam na porta da loja todos os



dias. Bastaram umas poucas fotos na internet e a crise estava criada.

Posts e mais posts a respeito, a ponto de a empresa tirar o cartaz e substituí-lo por outro escrito: "Boston sempre lembrará você de que o movimento é o que importa".

Se isso não se chama crise, eu não sei como chamar. Já teve o canarinho de três patas, o "Vai, Brasa!" e os novos uniformes das seleções que se deformam nas mangas dos jogadores, como se fossem ombreiras.

O espaço para novos erros está cada vez menor. A nova campanha tem de ser fabulosa.

Agora é a vez da Coca e da Adidas

Para momentos diferentes, soluções diferentes. Coca-Cola tem o hábito de surpreender quando chega a Copa. E Pepsi fica um pouco esquecida. O que

não ocorre no caso da Nike.

A empresa domina tanto as ruas e espaços em torno do futebol que as pessoas chegam a pensar que ela é a verdadeira patrocinadora.

2026 é a chance de a Adidas dar, definitivamente, o troco. O bom é que a bola ainda nem rolou, mas as partidas no mundo das marcas já estão quase chegando ao final.

Search Box

â

## Alckmin destaca medidas para renovação da indústria brasileira



O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, visitou as instalações da Unipar, indústria química localizada em Cubatão, na Baixada Santista (SP). A unidade passou por um extenso processo de modernização, concluído em dezembro de 2025, que a transformou na maior produtora de cloro de membrana da América do Sul. "Uma indústria verde e sustentável, diminuindo a emissão de CO<sub>2</sub> e diminuindo também resíduos industriais e uma indústria competitiva ganhando o mercado oferecendo produtos de qualidade para o saneamento básico. É fundamental para o Brasil ter uma indústria química e petroquímica competitiva".

A empresa investiu mais de R\$ 1 bilhão nas obras de modernização. Para viabilizar o projeto, a Unipar também obteve, em novembro de 2024, financiamento de R\$ 672,9 milhões pelo BNDES, por meio de linhas dedicadas à eficiência energética e à transição para tecnologias de baixo carbono no âmbito da Indústria Verde. Esse montante inclui recursos do Fundo Clima e do FINEM - Meio Ambiente.

O presidente em exercício destacou a redução na emissão de poluentes e o fim do uso de substâncias contaminantes na produção do cloro. "Uma indústria inovadora, substituindo o mercúrio por membranas na eletrólise para a produção de produtos químicos. Uma indústria verde e sustentável, diminuindo a emissão de CO<sub>2</sub> e diminuindo também resíduos industriais e uma indústria competitiva ganhando o mercado oferecendo produtos de qualida-

de para o saneamento básico", explicou. "É fundamental para o Brasil ter uma indústria química e petroquímica competitiva".

Com a nova tecnologia, a fábrica da Unipar, além da redução do uso de mercúrio, também deixará de emitir cerca de 70 mil toneladas de gás carbônico por ano. O consumo de energia elétrica também deve cair por volta de 40%.

Espaço Publicitário

Presiq

Alckmin comentou que os investimentos já realizados na Unipar não são os únicos previstos pelo Governo do Brasil no setor industrial. Ele também mencionou o Presiq, o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química, aprovado no mês de dezembro pelo Senado Federal. "Nós vamos ter esse ano um número recorde de R\$ 3,1 bilhões, R\$ 2 milhões para crédito tributário, redução de PIS/Cofins para insumos, por exemplo nafta, benzeno, propano, etano, e R\$ 1 bilhão de crédito para novos investimentos no Brasil. E não é só este ano. O Presiq prevê para os próximos cinco anos investimentos de 15 bilhões de reais. Isso é fundamental, estamos falando das indústrias da celulose, do plástico, do automóvel, farmacêutica, do saneamento básico, entre outras", detalhou.

Outras medidas citadas pelo presidente em exercício para a melhoria e modernização do parque industrial brasileiro incluem a depreciação acelerada, que permite às empresas que tenham benefícios na troca do maquinário, melhores taxas de crédito e a modernização do sistema nacional de registro de patentes.

"Uma indústria mais inovadora, isso começa com crédito, o único caso que você tem TR de 4% de juros ao ano é para pesquisa, desenvolvimento e inovação. O **INPI** estava levando 7 anos para registrar uma patente, reduziu para 3,5 e nós vamos chegar a 2 anos", afirmou. "Aqui também teve a depreciação acelerada, trocar uma máquina para ter mais produtividade, ao invés de 15 anos nós fizemos a depreciação em dois anos para moderni-

zar o parque industrial brasileiro".

# Índice remissivo de assuntos

ABPI .....	2,3,4,5
Direitos Autorais .....	13
Entidades .....	13
Marcas .....	16,17
Marco regulatório   INPI .....	2,3,4,5,18,19
Patentes .....	1,13,14,15
Pirataria .....	1
Propriedade Industrial .....	2,3,4,5
Propriedade Intelectual .....	1,2,3,4,5,6,7,8,13,14,15